

Contribuciones

Veredas, Inquietações e Engajamentos: sobre o desafio de “ler” Marilda Menezes

Jaime Santos Junior*

Universidade Federal do Paraná
jaimesjr.22@gmail.com

Apresentação

Quando recebi o convite da *Revista Latinoamericana de Antropolgia del Trabajo* (RLAT) para escrever um texto sobre a professora Marilda Menezes, ressaltando as contribuições da sua longa trajetória intelectual para as Ciências Sociais brasileira e, por extensão, latino-americana, não hesitei em aceitar o desafio. Com os colegas mais próximos, tenho incentivado projetos dessa natureza, que almejam “produzir memórias”. Não se pretendo apenas a catalogação de títulos acadêmicos e publicações importantes, o que se pretende é mesmo reconstruir o cenário mais amplo no qual o(a) pesquisador(a) está inserido. Sabemos que as memórias não falam apenas da biografia do indivíduo, mas dos grupos de pertencimento e do quadro social que o(a) personagem viveu (Halbwachs, 1992; Dosse, 2015). É nessa chave que, creio, olhar para a trajetória dos(as) personagens que estão nessa série da revista é particularmente desafiador para as novas gerações de pesquisadores. O neófito verá, entre outras coisas, o que estava nas agendas de pesquisa, quais eram as matizes do pensamento social no mercado das ideias, as instituições de fomento e as práticas dos cientistas, o que lhe permitirá colher pistas valiosas sobre como, hoje, ele(a) poderá fazer ciência.

Premidos pelo acesso fácil à informação e fontes de pesquisa, somos tentados a jogar fora tradições intelectuais ao sabor de modismos de qualquer espécie,

* Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (PGsocio/UFPR).

ainda que, no noticiário das ideias, tenhamos a proeminência de algumas abordagens. Saber tirar partido do caminho percorrido por outros e do legado que nos chega é tornar viva a frase atribuída a Isaac Newton, “se eu vi mais longe, foi por estar sobre ombros de gigantes”. É nesse sentido que insiro a valiosa contribuição da revista ao dedicar uma seção que, ao prestar homenagem às trajetórias de antropólogos(as) e sociólogos(as) do trabalho na América Latina, promove um “elo” entre diferentes gerações de pesquisadores.

É com esse preâmbulo que gostaria de abrir e encaminhar a apresentação da professora Marilda Menezes. O fio que nos conduzirá na narrativa que irei propor diz respeito a dois traços marcantes da sua trajetória intelectual: o exercício permanente de diálogo com as diferentes abordagens teórico-metodológicas e a vigilância sobre os contextos/fenômenos que reclamam a pesquisa. Há alguma arbitrariedade na eleição dessa perspectiva e assim procedo para confessar o modo como fui/sou influenciado por ela nesses anos que trabalhamos juntos. O leitor deve ainda ponderar que estou construindo uma personagem e não se quer, com a edição feita aqui, esgotar a amplitude dos outros recortes possíveis. O exercício de por em diálogo a minha escrita, supostamente mais distante e de “fora”, e a dela, mais afetiva e de “dentro”, serve ainda como recurso heurístico na produção dessas memórias.

Costumo dizer aos meus alunos que não queiram encontrar a sociologia somente nos livros, porque a sua matéria-prima está fora da sala, nas nossas famílias, no bairro, no transporte público, nos grupos de afinidades a que pertencemos, na cidade em que residimos. Se nos falta o termômetro das ruas, que nos chega em primeira mão, não é o conhecimento das teorias e dos métodos de pesquisa que suprirão essa carência. Longe estou em afirmar que a formação em Ciências Sociais não nos habilite a compreender e a interpretar fenômenos que têm lugar na sociedade, certamente há um treinamento que se adquire com o estudo diligente, mas o campo nos põe diante da necessidade de improvisar, combinar criativamente métodos, estratégias de pesquisa, reconhecer o tênue liame que separa sujeito e objeto nas ciências humanas. Eis o *artesanato intelectual* que nos fala Mills (1959). A escassez dessa vigilância sobre as nossas práticas, quando nos afiançamos mais nos livros e nos afastamos da vida, resulta em uma sociologia amorfa, desatenta, momento em que a erudição serve apenas como manto para esconder o rompimento com o sinal das ruas. A trajetória de Marilda Menezes é farta em evidências de quão profícua pode ser essa sociologia que se vive como aventura.

Primeiros estudos: o legado das migrações

Vale a pena resgatarmos alguns aspectos biográficos. Filha de um migrante nordestino que deixou uma pequena cidade no interior de Sergipe para tentar a vida em São Paulo, ela encontrou na história da sua família o exemplo de um Brasil que vivia grandes e intensas mudanças. Em outra ocasião, revelou-me que começou a trabalhar com a “carteira assinada” ainda muito cedo e recorda, por exemplo, quando ocupou o cargo de secretária em uma fábrica do ABC Paulista.

Graduada em Ciências Sociais pela Fundação Santo André, São Paulo, mudou-se para Campina Grande, na Paraíba, onde fez o mestrado em Sociologia Rural. A dissertação versou sobre as migrações de famílias de pequenos produtores rurais da Paraíba para São Paulo¹. O interesse pelo tema nasce de um acaso da vida. Por volta de 1980, quando era monitora em um curso de alfabetização de adultos – muito em voga naquele momento – numa favela em Santo André, Marilda Menezes notou que a maioria dos alunos eram migrantes de diferentes estados do Nordeste, notadamente do sertão da Paraíba. Essa região faz parte do chamado “polígono das secas”, um contexto sempre associado ao êxodo rural em razão da precária condição de vida, o que impulsionaria, no discurso da época, os deslocamentos. Por outro lado, a região do ABC Paulista, para onde tinham migrado, sentia os reflexos da recessão econômica do período e, apesar das altas taxas de desemprego, eles continuavam a chegar. O movimento era, como alude o título da dissertação, “da Paraíba *pra* São Paulo e de São Paulo *pra* Paraíba”.

A partir desse primeiro trabalho de envergadura, retomo aquelas duas características que quero frisar sobre a trajetória de Marilda Menezes. Veremos, a partir daí, como a sua sociologia está *enraizada* no contexto que a circunda, atenta que é aos aspectos que reclamam a pesquisa. Assim, o retorno à Paraíba lhe permitiu localizar as famílias dos(as) alunos(as) que ela havia conhecido em São Paulo. Findo o trabalho de campo, ela ingressa no Centro de Estudos Migratórios (CEM) em 1984 e, no ano seguinte, 1985, defende a dissertação. Em 1986 é oficialmente fundado o Serviço Pastoral do Migrante (SPM), ao qual ela também fará parte, ambos com sede em São Paulo. O que ilustra o compromisso com uma sociologia pública, que não se faz refém do gabinete e das planilhas com dados secundários, dando vazão ao legado deixado por

1 Ver Menezes, 1985.

aqueles que estavam na constituição da Sociologia, enquanto disciplina, no Brasil.

Voltando à pesquisa feita no mestrado, Marilda Menezes se propõe a analisar as migrações de um grupo de famílias do sertão da Paraíba, a maioria residentes nos municípios de Bonito de Santa Fé e São José de Piranhas, para a região metropolitana de São Paulo. Ela recorre ao estudo das trajetórias de vida, com entrevistas feitas com as famílias nos diferentes espaços. É do escrutínio dessas narrativas que ela logo compreende ser a “família” a unidade básica de análise. É nelas que os deslocamentos, que remontam a várias gerações, assumem o caráter de “estratégia de sobrevivência”. Em diálogo com o tratamento feito pela literatura da época sobre as migrações, assume a perspectiva de compreendê-las a partir dos seus “determinantes estruturais”, como havia sugerido Paul Singer². No suposto de que as migrações não são um fenômeno determinado por motivos, vontades individuais, mas um processo social determinado pelas condições concretas de vida e trabalho.

Imagem 1



Fonte: Acervo de Marilda Menezes

2 Ver Singer, 1976.

A chave para ver os deslocamentos como *processo social* a impele a tomar a origem e o destino em conjunto, recusando explicações muito em voga sobre os fatores de expulsão e atração, para mostrar como as “saídas” estão também assentadas na ideia de “retorno”, migra-se para permanecer.

Origem e destino são dois espaços sócio-econômicos privilegiados aqui por serem palcos concretos da reserva da força de trabalho nacional, que se reproduz e se movimenta nos espaços socialmente definidos pelo capital. O migrante não abandona a origem para se integrar no destino. Ao contrário, a migração representa um ponto de contato permanente entre um e outro (no caso presente entre Paraíba e São Paulo). (Menezes, 1985, p. 5-6).

Prossigue,

Tomei uma determinada área de origem e destino não para privilegiar o trajeto em si, mas para entender como se processa a migração nestes dois espaços sócio-econômicos. Trata-se, portanto, de entender as condições de sobrevivência dos trabalhadores, em ambos os espaços sócio-econômicos (Menezes, 1985, p. 5).

O privilégio do olhar retrospectivo nos permite ver como o desenvolvimento posterior dos seus trabalhos foi deixando de lado, gradativamente, essa abordagem mais próxima de um marxismo estrutural em favor de uma perspectiva voltada para a compreensão da subjetividade dos indivíduos e da experiência que se nutre a partir das práticas sociais. Podemos perceber também, lendo esse trabalho, a importância que assumirá o conceito de *trajetória de vida* (trajetórias sociais), nesse momento ainda pouco explorado, a julgar a influência que Edward P. Thompson e Daniel Bertaux exerceram em sua formação.

No período em que estive no CEM e no SPM, atuou, entre outras coisas, como editora da Revista do Migrante³. Dessa lavra, podemos colher a promoção de um intenso debate que teve lugar nessa revista articulando diferentes pesquisadores e temas. Não sendo uma revista acadêmica em sentido estrito, e sabendo da inserção da igreja Católica no cenário público, há bons motivos para crer que a Revista do Migrante desempenhou, nesse sentido, um importante papel ao canalizar o debate sobre temas como os do crescimento das cidades, saúde, trabalho, cultura e condições de vida dos migrantes,

3 Ao consulta-la sobre esse período no CEM, ela me contou que fazia de tudo um pouco. Cuidava das publicações, das pesquisas e da assessoria. Destacou que isso era comum também para os diretores, que dividiam as tarefas. Recordou das diretorias dos padres Luiz Bassegio e, após, Alfredo Gonçalves.

perfazendo um leque diversificado na promoção de políticas públicas voltadas para a questão do migrante.

Imagem 2



Fonte: acervo de Marilda Menezes

Ainda como reflexo de uma trajetória marcada por diferentes engajamentos, Marilda Menezes desenvolveu, na década de 1980, vários projetos de pesquisa e extensão com o suporte financeiro do Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, o que certamente fomentou o trabalho mais direto com os alunos na orientação de monografias, dissertações e teses. Pela via dos artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, podemos acompanhar o noticiário dos temas que pautaram o seu trabalho, mas, sobretudo, a maneira como a abordagem proposta para o estudo das migrações vai sendo lapidada teórica e metodologicamente, seja por meio do diálogo com novos autores, seja pela mobilização de um amplo repertório de estratégias de pesquisa. Sempre de maneira sofisticada, recusando maniqueísmos de qualquer espécie, ela insere

suas contribuições no debate acadêmico. Para ilustrar, recorro a alguns exemplos.

Em 1990, a revista *Travessia* publicou o dossiê⁴ “O migrante e a cultura”, época em que Marilda Menezes já era editora do periódico. No artigo intitulado “o retorno para a festa”, escrito em co-autoria com Socorro Pereira, Jaldete Soares e Hermano José, Marilda Menezes explora os frequentes retornos de migrantes paraibanos por ocasião dos festejos juninos. O Afluxo não passou despercebido numa mera consulta a frequência de chegada de ônibus vindos do Sudeste para Campina Grande, na Paraíba, local da pesquisa. Para reivindicar o argumento de que os migrantes procuram preservar os traços culturais, ainda que transformados, de sua terra de origem, já se nota nesse texto um distanciamento com a abordagem presente na dissertação de mestrado, ainda muito marcada pela influência de um marxismo que concede maior peso às estruturas econômicas na determinação das formas de organização social e das formas de se viver. Essa abertura lhe permite ver uma manifestação cultural, as festas juninas, como expressão de uma certa liberdade em face da exploração do trabalho vivida pelos migrantes entrevistados. Como quando afirma,

Todo este espírito de alegria, exaltação, de completo êxtase, na profunda reintegração ao habitat, é cimentado pelas relações de parentesco e amizade. A animação é propiciada pelo ambiente, pelo estar em casa, entre amigos e parentes. Como vimos, a festa camponesa tem como objetivo reforçar laços comunitários e de recriação da vida. O migrante, quando retorna para a festa, ao mesmo tempo que reconstrói e reforça esses laços, também alimenta a sua cultura. A festa, ao ser partilhada por camponeses e migrantes, representa uma reafirmação de um grupo, não mais a do camponês fixo num espaço, mas o dos migrantes, dos ainda camponeses, dos migrantes/camponeses. (Menezes, 1990a, p. 12).

A passagem final deixa entrever a sua condição social ambígua, cindida, de pequeno produtor rural que deixa o campo para se tornar assalariado na cidade, mas que esse movimento não os impele a um inexorável processo de “proletarização”⁵. A precariedade que marca os dois contextos de vida recria ambos os sujeitos.

Marilda Menezes assume o fardo das situações de fronteira, zonas liminares que resistem ao enquadramento categórico das tipologias - “camponês”,

4 O dossiê contava ainda com artigos assinados pelos professores da Universidade de São Paulo (USP), José Guilherme Cantor Magnani e José de Souza Martins.

5 Como sugeriu, por exemplo, D’Incao (1987).

“proletário”, “migrante” – às vezes feitas sem a mediação das narrativas contingentes e singulares dos sujeitos, para dar consequência analítica ao que não se deixa flagrar à primeira vista. Um exemplo disso é quando encara o desafio de analisar os significados contidos na noção nativa de “trabalhar por conta própria”, muito recorrente nas falas dos migrantes. Em artigo publicado na revista *Travessia*⁶, em 1990, mas que recupera achados colhidos na pesquisa de mestrado, Marilda Menezes discute a associação empenhada por eles entre o trabalho assalariado em São Paulo, que os expõe à situações de “humilhação”, com a aparente liberdade do “trabalho por conta própria” no espaço rural, mas que também é próximo da noção de “cativoiro”⁷. Como palavras próximas no léxico dos migrantes, “humilhação” e “cativoiro” designam estratégias de enfrentamento das condições de vida e trabalho. Assim, Marilda Menezes resiste à tentação de enquadrar o trabalho assalariado na cidade apenas como reflexo de uma exploração consentida. “Aceitar” as normas do trabalho urbano é, para os migrantes analisados, uma aceitação aparente, que só pode ser compreendida quando colocamos em paralelo com o trabalho assalariado no campo, sobre o qual pesa o signo do “cativoiro”, que se opõe ao trabalho autônomo, tido como “livre” do controle patronal e, portanto, que lhe permite maior autonomia. A proximidade semântica entre “aceitação” e “humilhação” poderia ser vista como rejeição a esta condição, um indício pode ser o impulso para encontrar formas alternativas de vida. Esse modo de armar questões a permite concluir que,

Esta interpretação abre a possibilidade de uma nova ótica sobre o migrante no mercado de trabalho urbano. Ao invés de pressupormos as condições dadas de exploração e dominação do trabalho no capitalismo e daí perguntar se o migrante se adapta ou não, se as assimila ou não, por que não perguntar se e como o migrante questiona, rejeita, resiste às condições de trabalho e vida determinadas pelo capital? (Menezes, 1990b, p. 26).

Ouso dizer que a pergunta, assim formulada, serve de antessala para o que viria no doutorado. Outra vereda que vai se abrindo na trajetória intelectual de Marilda Menezes diz respeito ao estudo do *parentesco* e da *memória*. Ao lançar mão do método da história oral no estudo das trajetórias de vida dos migrantes, as duas categorias mostram-se decisivas na compreensão dos deslocamentos e das estratégias de vida. Um ótimo exemplo dessa lavra é a publicação, em 1992, do livro *Histórias de Migrantes*. Aqui encontramos mais

6 Menezes (1990b).

7 Para uma leitura clássica sobre o tema, é incontornável a contribuição de Garcia Jr. (1989).

uma vez a junção da pesquisadora com o engajamento da intelectual pública. No desejo de encontrar o homem por trás da história, retirando-lhes de abordagens que os veem no papel de meros espectadores ou, como ela diz, mostrar o que há por trás dos gráficos e tabelas, a publicação reúne a transcrição de entrevistas feitas pela equipe do CEM e agentes de pastorais em diferentes regiões do Brasil. De pronto, temos em mãos um rico material de pesquisa, mas há uma reivindicação de outra ordem, política, ao restituir a fala do migrante e permitir que a sua história fosse contada por ele mesmo. Como bem ressalta Heloísa Helena Martins ao prefaciar a obra, é a “história vinda de baixo”, das pessoas comuns, anônimas na narrativa da história escrita com H maiúsculo. É também um exemplo de como as biografias estão no centro do seu interesse. Como afirma,

Por que dar a palavra ao próprio migrante? Partimos do pressuposto de que encadear os fatos da vida é apropriar-se do passado. É toma-lo pelas rédeas, trazê-lo à tona, dar-lhe nome e lugar. É tornar presente aquilo que havia sido esquecido. É tomar o desconhecido, espécie de animal selvagem, e domesticá-lo. Ao contar e recontar sua história, o migrante adquire sobre ela um certo domínio. Percebe sua trajetória, aparentemente individual ou quando muito familiar, na verdade faz parte de um processo mais amplo de mobilidade em massa (Menezes, 1992, p. 9-10).

Há um diálogo aberto nesses textos com a tentativa de compreender os efeitos das memórias nas histórias de vida, distante do suposto que a vê como “ilusão”⁸, como consequência de uma percepção distorcida das causalidades e contingências presentes no encadeamento dos fatos vividos. Ao invés, e sob a influência de Maurice Halbwachs, Daniel Bertaux, Michael Pollack, Ecléa Bosi, para citar os mais recorrentes, entende a memória como elemento vivo, como exercício de articulação de uma imagem que se quer de si, portanto, há agência no ato de espevitatar a memória.

8 Bourdieu (2006).

Imagem 3



Fonte: acervo de Marilda Menezes

Os nós desatados vão permitir a Marilda Menezes fazer, no doutorado⁹, o que considero o investimento de maior envergadura em sua fortuna crítica. Não apenas pela sofisticação e densidade da tese, mas, sobretudo, por encampar um tema ainda pouco explorado, para não dizer inédito, entre os estudiosos do trabalho no contexto da cana de açúcar, a dizer, o das práticas cotidianas de resistência. Detenho-me um pouco mais nessa passagem.

A presença marcante da economia açucareira e os seus efeitos na estrutura social no Brasil ensejou uma diversidade de estudos. Seja no aspecto histórico, ou socioeconômico, notadamente pelo modo como a escravidão e a estrutura latifundiária deu forma a um universo particular de sujeitos, relações sociais e instituições cujos efeitos se estendem até os dias de hoje, há farta e boa literatura sobre o quadro social mais amplo da *plantation* canieira na qual a tese de Marilda Menezes se inscreve. Mais precisamente, o seu diálogo

9 A tese foi traduzida e publicada em português em Menezes (2002).

imediatamente ocorre em virtude das profundas transformações na cadeia produtiva sucroalcooleira que havia alterado o eixo da sua órbita de produção do Nordeste para São Paulo¹⁰. Uma vez em campo, Marilda colheu a evidência empírica da permanência das migrações temporárias de trabalhadores que deixavam o Agreste¹¹ da Paraíba para a colheita da cana de açúcar na Zona da Mata de Pernambuco.

Imagem 4



Fonte: acervo de Marilda Menezes

10 É importante recordar que Marilda Menezes manteve um intenso diálogo com a professora Maria Aparecida de Moraes Silva, referência obrigatória nas pesquisas sobre o trabalho na cana em São Paulo.

11 A propósito, na revisão desse texto, ela gentilmente acrescentou mais um importante dado sobre esse aspecto ao destacar que essa é uma diferenciação que marca as trajetórias migratórias na Paraíba. Os que vivem no Agreste migram mais para o Rio de Janeiro e a Zona da Mata de Pernambuco. Já os trabalhadores do Sertão migraram para a cidade de São Paulo e, a partir dos anos 2000, para o corte de cana no interior de São Paulo.

Os “corumbas”, como eram conhecidos, recorriam aos deslocamentos como estratégia de manutenção da sua condição social enquanto camponês. É nessa chave que Marilda propõe a leitura, e não como reflexo de uma crise entre estruturas sociais distintas, ou como processo inexorável rumo à proletarização. O gigantesco processo de mobilizar as categorias e conceitos operacionalizando-os a partir das evidências empíricas colhidas em campo, sobretudo através do registro etnográfico, numa perspectiva *bottom-up*, descortina uma miríade de práticas cotidianas de resistência. À clausura das identidades postíças, por vezes assumidas *ex-ante* - “camponeses”, “proletários”, “migrantes”, “trabalhadores rurais”, ela opõe a pluralidade das formas de nomear e se referir ao trabalho e dos significados simbólicos atribuídos aos contextos de vida. Ao tomar de empréstimo uma concepção de conflito e resistência desenvolvida por Scott (1985, 1990), que as entende menos na chave do conflito aberto e com opositores bem definidos com a pretensão de subverter a situação e mais na chave dos processos difusos, que ocorrem de modo dissimulado, Marilda pôde recuperar uma dimensão cara a Sociologia, a da *agência*¹².

A ousadia estava, como quero crer, em propor outra leitura sobre as práticas de trabalhadores e trabalhadoras de um tipo de atividade laboral sempre associada ao signo do “precário”. Sem declinar do seu poder explicativo, dada a face brutal da exploração, Marilda Menezes vai além ao dizer que não havia ali um processo carente de conflitos, como simples aceitação irrefletida e inconsciente, por parte dos trabalhadores, das condições de trabalho, mas um intenso processo de contestação que se expressava em outra gramática. Eis que ela dá consequência analítica à proposta scottiana de “ler as falas ao avesso” para fotografar não a aquiescência, mas a rebeldia. Trata-se de uma dramaturgia que se confunde com a negociação, aceita-se para poder viver melhor, ou ter acesso a algum benefício. Precisamos inverter o glossário. Consentir significa ludibriar; fazer piadas, chacotas, é desconstruir o discurso das chefias; corpo mole denota tentativa de controle do trabalho e por aí vai.

Como disse em artigo publicado nessa revista¹³, ainda era tímida, entre nós Cientistas Sociais, as tentativas de ir além do gradiente das greves e revoltas abertas, mediadas o mais das vezes pelos sindicatos, para compreender práticas de resistência dos trabalhadores. Por esse motivo, era quase um sacrilégio propor uma abordagem como a de Marilda Menezes. No entanto, é preciso

12 Como defendi em outro artigo (Santos Junior, 2018a).

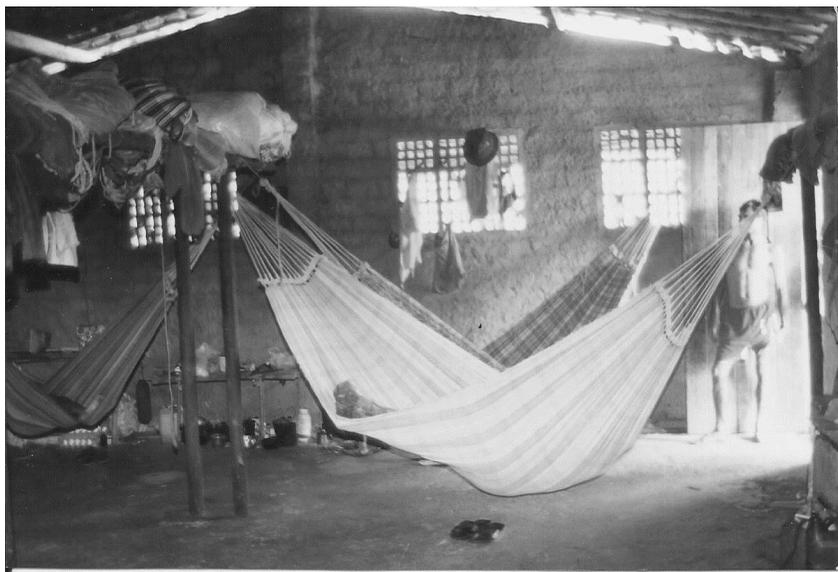
13 Ver Santos Junior (2018b).

dizer que, se o acento naquele momento era sobre a face da exploração do trabalho, havia bons indícios dessas práticas de resistência na literatura antropológica, hoje clássica, que também estudou a *plantation* canavieira no Nordeste. Refiro-me aqui aos trabalhos de Moacir Palmeira, Jose Sergio Leite Lopes, Afrânio Garcia, Lygia Sigaud, que trouxeram contribuições luminosas e muito próximas da abordagem proposta por Marilda Menezes. Como disse na abertura desse texto, era preciso ir mais longe a partir dos ombros de gigantes.

No entanto, sabemos que as implicações decorrentes dessa tentativa de ler como práticas de resistências ações aparentemente banais não se exaurem com a designação de uma nova etiqueta, tendo consequências epistemológicas. Sim, porque a compreensão dessas práticas deriva de um novo entendimento acerca das categorias de *classe*, *cotidiano* e *identidades*, apenas para citar o que considero ser decisivo nesse processo. Não à toa, vemos como Marilda Menezes vai dialogando cada vez mais com a obra de Edward P. Thompson, por desenvolver uma concepção de classe como *experiência* e por ampliar a noção de ação política ao trazer a dimensão do cotidiano¹⁴. Ao tratar das *identidades*, tema em grande efervescência a partir dos anos 1960, ela tem o cuidado de toma-la sempre no plural, para captar o seu caráter processual, que não se reduz a posição social que o indivíduo ocupa, nem aos demais marcadores sociais da diferença. Vem daí o esforço magistral de catalogar a taxonomia nativa dos termos, evitando impor categorias teóricas que não são acionadas pelos sujeitos em suas narrativas singulares e que, não raro, informam mais o que pensa o pesquisador. Ao invés de “migrante” e “camponês”, como categorias estanques, putativas, ela cunha o termo “camponeses-migrantes”; não pelo efeito do neologismo, mas para dar consequência analítica o suposto de que os indivíduos avaliam e agem em razão do contexto e da forma como se veem.

14 Curiosamente, há uma ausência da obra de Henri Lefebvre, sobretudo na discussão do *cotidiano*, que, creio, traria uma contribuição valiosa aos trabalhos de Marilda Menezes.

Imagem 5



Fonte: acervo de Marilda Menezes

Como pano de fundo desses estudos, percebe-se como ela recusa a visão dualista que opõe o “rural” ao “urbano”, cuja distinção se estabelece meramente por critérios descritivos, o “rural” como o espaço das carências, para propor outra leitura, aquela que se atém aos agentes e não mais a um noção de espaço geográfico petrificada. “Rural” *versus* “urbano”, nessa acepção, deixam de ser questão sociológica¹⁵.

Em artigo publicado na *Revista de História Oral*, Marilda Menezes sintetiza esse entendimento. Ofereço ao leitor o sabor da leitura no original.

Consideramos difícil estabelecer fronteiras e categorizar rigidamente os demarcadores de identidades e talvez isto não seja possível. Considerando a identidade individual ou grupal, é difícil dizer que as identidades dos migrantes são marcadas por serem trabalhadores canavieiros, camponeses ou trabalhadores urbanos, as múltiplas experiências sociais são

15 Há um bom resumo desse tema em Carneiro (1998).

incorporadas em suas formas de entender e agir em cada uma destas condições sociais. As práticas sociais e interpretações dos migrantes mostram diversas facetas de suas identidades. Em algumas circunstâncias ou eventos, eles parecem atuar e se perceber como ‘trabalhadores locais’, assumindo então uma identidade de canavieiro. Em outras ocasiões, eventos ou momentos seus vínculos com a comunidade de origem parecem ser mais dominantes. Encaminhar uma reclamação trabalhista pode simbolizar uma consciência sindical autêntica, mas pode também ser uma estratégia de ganhar dinheiro para comprar terra ou montar um pequeno negócio e se estabelecer na área de origem e assim não mais trabalhar na plantation canavieira. O ativismo dos sindicatos pode estimular a participação do migrante em formas coletivas de resistência, mas a suas ações também podem se orientar mais por práticas cotidianas de resistência. Estas várias possibilidades fazem com que a consciência social seja muito mais complicada que qualquer classificação como passivos, submissos, inconsciente ou sem consciência sindical. As múltiplas identidades como canavieiros, camponeses, trabalhador urbano, proprietários de pequenos negócios são as bases sobre as quais os camponeses – trabalhadores migrantes constroem sua consciência social (Menezes, 2000, p. 65).

Propondo sempre uma reflexão densa e prenhe de teoria, Marilda Menezes vai se apropriando da perspectiva scottiana em suas pesquisas para desatar os nós analíticos e oxigenar o debate sobre o trabalho no corte de cana e as migrações na literatura sociológica brasileira. É também um movimento que a permite calibrar melhor as categorias que emprega e, por via de consequência, a metodologia. Desses trabalhos, podemos colher os textos em que ela discute o emprego da história oral para tratar das trajetórias de vida (Menezes, 2005), abrindo outra frente de diálogo com pesquisadores dessa área do conhecimento, ou ainda os que versam sobre *redes sociais e geração*. O que dá provas do rigor metodológico e da pertinente indistinção entre teoria e prática.

O eclecismo de perspectiva, sempre disposta a rever posições, permite que ela siga tangenciando os espaços pouco iluminados em estudos anteriores, mas decisivos para a compreensão dos fenômenos em tela. É por essa via que ela investe no estudo das relações de parentesco e das memórias afetivas (Menezes, 2006, 2012a; Menezes & Clementino, 2015), para alargar o alcance teórico da compreensão das formas de resistência às regras e *habitus* vigentes em famílias de pequenos camponeses, refiro-me, por exemplo, às pequenas transgressões nos padrões de sexualidade e nos arranjos de gênero entre homens e mulheres.

Sempre atenta ao potencial heurístico do que venho chamando de “áreas cinzentas” (Gómez *et al*, 2020), dos lugares de margem, dos interstícios, dos “espaços liminares” na feliz expressão do antropólogo Marc Augé¹⁶; são lugares físicos, mas são, sobretudo, lugares simbólicos. Lá onde os papéis de gênero são desafiados, as identidades/imagens são afirmadas, mas igualmente negadas, ou o que, pelo crivo das memórias, é ressignificado.

Imagem 6



Fonte: acervo de Marilda Menezes

A envergadura desses projetos de pesquisa faz-nos perceber uma característica muito peculiar na trajetória de Marilda Menezes, o trabalho coletivo. A sua Sociologia/Antropologia é sempre conjugada no plural. Não temos o exemplo de uma pesquisadora solitária, mas de alguém que, de maneira criativa, percebe que poderá majorar o alcance dos resultados quando se trabalha em equipe. Sem esquecer o efeito pedagógico para gerações de novos pesquisadores que participam desses projetos. Por essa via nos chegamos, para ilustrar, bons

16 Ver Augé, 2005.

exemplos de pesquisas que analisaram as estratégias produtivas de reconversão de pequenos produtores rurais em áreas antes ocupadas pelo cultivo da cana de açúcar. Se no Sertão o foco era a cultura do algodão, na região mais próxima do litoral, do Brejo Paraibano, a sua equipe de pesquisa esteve atenta aos processos de *reconversão produtiva* em face do fechamento de antigas usinas de açúcar e álcool¹⁷. Importava saber, na tela mais ampla, os modos específicos de reprodução da estrutura fundiária que conformou três séculos na formação do Brasil, da escravidão ao trabalho livre. Na lente reduzida, analisar os conflitos de interesses entre os diferentes atores sociais ali presentes: agricultores, moradores, trabalhadores, grandes proprietários e usineiros.

Imagem 7



Fonte: acervo de Marilda Menezes

Se as transformações no cenário econômico brasileiro estavam reclamando o ajuste de foco temático, dos coletivos de trabalhadores da cana de açúcar nas

17 Ver, por exemplo, Menezes *et al.*, 2013, 2012b, 2012c.

usinas emergia outro fenômeno, o das chamadas “greves espontâneas” (Menezes & Cover, 2016). Marilda Menezes tem o hábito de seguir perscrutando os cenários de suas pesquisas e não tarda a perceber que, no bojo da crise mais ampla do trabalho, com profundas alterações micro e macro organizacional nos processos produtivos, o modelo clássico de representação sindical estava em discussão. Uma miríade de movimentos aparentemente “espontâneos”, que rejeitavam a participação dos sindicatos rurais, com uma dinâmica de confrontos distante do modelo usualmente assumido em greves, transformava os eitos em cenários de conflito permanente. Ligeiramente suas pesquisas avançam para propor o argumento de que a compreensão da dramaturgia desses conflitos no universo da cana não podia ter como único gradiente a ocorrência de greves. Na expressão nativa, os chamados “paradeiros” poderiam ser melhor compreendidos quando analisados pela chave das resistências cotidianas.

Com esse pleito, Marilda Menezes põe sobre a mesa a ideia de que a compreensão dos novos movimentos sociais, e suas formas de representação, poderia operar fora da perspectiva da “crise”, que prevê um processo de refluxo nas formas de engajamento e participação sindical. Alinhando-se àqueles que sustentam que as alterações na dinâmica dos conflitos modernos, as lutas identitárias e as transformações no mundo do trabalho pressionam o modelo clássico de representação sindical dos trabalhadores (Melucci, 1980; Tilly, 2008). No mesmo diapasão, temos mais uma prova da fertilidade analítica dessa leitura para as resistências, que acolhe “os restos” deixados por teorias que viam nessa dinâmica de lutas apenas o efeito de ações menores, “inconscientes”, desprovidas de interesse de classe, com reduzido potencial explicativo. Esta forma de armar questões lhe permite arguir sobre o tecido das novas solidariedades em curso nos espaços de trabalho, da influência de elementos externos tais como a religião, o consumo, a família, para sondar o modo como eles ecoam na dinâmica das lutas e reivindicações.

Na parte final desse texto, retomo alguns pontos que levantei sobre a trajetória de Marilda Menezes em diálogo com as pesquisas mais recentes em que ela está envolvida e do trânsito institucional por conta da aposentadoria como professora da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Descortinando novos horizontes

Com o retorno a São Paulo, após uma longa passagem como professora na UFPB/UFCG, Marilda Menezes se dispõe a reavivar uma antiga agenda de pesquisa por ocasião do seu ingresso na Universidade Federal do ABC (UFABC), na condição de Pesquisadora Visitante Nacional Sênior, com um projeto intitulado “Memórias de trabalhadores migrantes nordestinos na região do ABC Paulista: 1950-1970”. Ousada, a proposta estabelecia como objetivo reencontrar as famílias de migrantes nordestinos, ex-metalúrgicos, que ela havia entrevistado há trinta anos, para analisar a memória dessas trajetórias de vida e trabalho. Algumas famílias tinham retornado à Paraíba, outras estabeleceram-se na região do ABC Paulista¹⁸. Fizemos ainda um acréscimo para discutir a herança geracional nos casos analisados com membros de segunda e/ou terceira geração¹⁹.

Para além do conteúdo substantivo dos resultados desses trabalhos, gostaria de chamar atenção para o arripio, sempre elegante e denso, das fronteiras disciplinares do saber que, não raro, tolhem a criatividade do pesquisador. Quando necessário, Marilda Menezes não hesita em beber em outras fontes do conhecimento se isto lhe permite avançar na compreensão dos fenômenos estudados. Declina amiúde dos liames que encerram a especialização de temas nas Ciências Sociais, não para deixar-se atrair por um ecletismo infértil analiticamente, mas para saber tirar partido do que Mills (1959) eternizou com a expressão “artesanato intelectual”. Para dizer com outras palavras, lendo a nossa personagem, aprendemos sobre história oral, trabalho, migrações, resistências, identidades, geração, histórias de vida, metodologia, para citar os temas mais recorrentes. Ela não é, ousado dizer, uma cientista social do “rural”, ou do “urbano”, ou do “trabalho”, como se a circunscrição do local de pesquisa delimitasse também a temática.

Para a nossa sorte, Marilda Menezes permanece profícua e prolífica. Mantém uma intensa agenda de pesquisa e atividades, inclusive de ensino. Também não se afastou do campo, faz visitas frequentes às famílias que acompanha a trajetória, aos municípios do sertão paraibano, colhendo dados e produzindo memória.

18 Ver, para mais informações, Menezes *et al* (2018)

19 Ver Menezes *et al* (2019).

A seleção arbitrária do recorte aqui proposto não incorporou outras dimensões igualmente constitutivas da sua trajetória e que eu não quis desmerecer. Como o trânsito por instituições/associações de pesquisa, órgãos consultivos, sem demérito ao cuidado e atenção – sempre fartos – aos(as) alunos(as). Para ilustrar, na UFABC, engajou-se, juntamente com os demais professores, no projeto de implementação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais (PCHS). Também nessa instituição, é pesquisadora membro da Cátedra Sergio Vieira de Melo, aproximando o tema das migrações regionais, sua especialidade, ao tema das migrações internacionais, tão em voga nos últimos anos. Ainda sobre a região do ABC Paulista, integrou-se ao projeto “Movimentos cruzados e histórias específicas de operários e trabalhadores rurais. Análise comparativa dos ciclos de greves iniciados pelos metalúrgicos de São Paulo e do ABC paulista e pelos canavieiros de Pernambuco no final dos anos 70”. Com sede na Universidade Federal do Rio de Janeiro, coordenado pelo eminente Prof. Dr. José Sérgio Leite Lopes, o projeto envolveu ainda outras duas universidades²⁰. Marilda Menezes coordenou a equipe de pesquisadores vinculados à UFABC²¹ para fazer campo no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC entrevistando antigos militantes sobre as memórias do ciclo de greves histórias de fins da década de 1970 e início de 1980.

Laudatório de uma trajetória brilhante, torço para que estas páginas possam alcançar outros leitores, sobretudo os nossos vizinhos da América do Sul, cujo diálogo essa revista tem promovido de forma exemplar.

Referências bibliográficas

- Augé, M. (2005). *Não lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Lisboa: 90 Graus.
- Bourdieu, P. (2006). A ilusão biográfica. In: Ferreira, Marieta de M. & Amado, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 183-191.
- Carneiro, M.. J. (1998). Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*. 53-75.

20 Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). O projeto foi aprovado pela CAPES, edital n. 12/2015 – “Memórias Brasileiras: conflitos sociais”.

21 Os resultados estão reunidos em Leite Lopes & Heredia (2019).

- D’Incao, M. C. (1984). *A Questão do Bóia-fria*. São Paulo: Brasiliense.
- Dosse, F. (2015). *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Edusp.
- Garcia Jr., A. (1989). *Libre et assujétis*. Paris: Ed. de la Maison des Sciences de l’Homme (Collection Brasília).
- Goméz, G. S. R. et al (2020). A Dimensão Esquecida do Trabalho: Entrevista com Jaime Santos Júnior. *Iluminuras*. 21 (52). <https://doi.org/10.22456/1984-1191.101296>
- Halbwachs, M. (1992). *On Collective Memory*. Chicago: University of Chicago Press.
- Leite Lopes, J.S. & Heredia, B. A. (Orgs.) (2019). *Movimentos cruzados, histórias específicas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Melucci, A. (1980). The new social movements: a theoretical approach. *Social Science Information* 19 (2), <https://doi/10.1177/053901848001900201>.
- Menezes, M. A de. (1985). *Da Paraíba prá São Paulo e de São Paulo prá Paraíba: migração, família e reprodução da força-de-trabalho*. Dissertação de Mestrado. Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba.
- Menezes, M. A. de et al (1990a). O retorno para a festa. *Travessia – Revista do Migrante* III (7), 9-12.
- Menezes, M. A. de (1990b). Trabalho por conta própria: sonho dos migrantes. *Travessia – Revista do Migrante* III (8), 22-26.
- Menezes, M. A. de (Org.) (1992). *Histórias de Migrantes*. São Paulo: CEM; Loyola.
- Menezes, M. A. de (2000). Experiência Social e Identidades: trabalhadores migrantes na plantation canavieira. *História Oral*, 3, 49-68.
- Menezes, M. A. de (2002). *Redes e Enredos nas Trilhas dos Migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa, PB: EDUFPB.
- Menezes, M. A. de (2005). História oral: uma metodologia para o estudo da memória. *Vivência* (28), 23-36.
- Menezes, M. A. de (2006). Relações entre pais, mães e filhas (os) em famílias camponesas: memórias de infância. *Teoria & Pesquisa* 49, 87-110.
- Menezes, M. A. de (2012a). Família, juventude e migrações. *Revista Antropológicas* 23(1), 119-143.
- Menezes, M. A. de et al (2012b). Migrant Workers in Sugarcane Mills: A Study of Social Networks and Recruitment Intermediaries in Brazil. *Agrarian South: Journal of Political Economy* I, 161-180.

- Menezes, M. A. de *et al* (2012c). Redes sociais e hierarquias na construção de processos soliários. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 8, 52-82.
- Menezes, M. A. de *et al*. (2013). Da usina ao assentamento: os dilemas da reconversão produtiva no Brejo Paraibano. *Estudos Sociedade e Agricultura* 21, 332-358.
- Menezes, M. A. de & Clementino, J. O. (2015). Sessenta anos depois: a narrativa de um migrante sobre ausência e saudades da família. *Comunicação & Inovação* 15, 38-54.
- Menezes, M. A. de & Cover, M. (2016). Movimentos “Espontâneos”: a resistência dos trabalhadores migrantes nos canaviais. *Caderno CRH*, 29(76), 133-148. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792016000100009>
- Menezes, M. A. de *et al* (2018). Narrativas Assimétricas: gênero, família e trabalho no ABC Paulista. *Sociologia & Antropologia*, 8(2), 519-541. <https://dx.doi.org/10.1590/2238-38752017v827>
- Menezes, M. A. de *et al* (2019). Disjunções e ambivalências: Famílias migrantes nordestinas no ABC paulista. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, 19(3), 675-691. <https://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2019.3.28647>
- Mills, Wright. C. (1959). *Sociological Imagination*. New York: Oxford University Press.
- Santos Júnior, J. (2018a). A dimensão esquecida: a questão da agência no trabalho do corte da cana de açúcar. *Caderno CRH*, 31(83), 389-406. <https://doi.org/10.1590/s0103-49792018000200014>
- Santos Júnior, J. (2018b). Trabalho e resistências miúdas: astúcia, barganha e negociação. *Revista Latinoamericana de Antropología del trabajo*. (3).
- Santos Júnior, J. (1990). *Domination and the Arts of Resistance: hidden transcripts*. Michigan: Yale University Press and New Haven and London.
- Scott, J. C. (1985). *Weapons Of The Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. Yale University.
- Singer, P. (1976). Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: *Economia Política da Urbanização*. São Paulo: Brasiliense.
- Tilly, C. (2008). *Contentious performances*. Cambridge: Cambridge University Press.